



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 141/2009

Regime de urgência

MENSAGEM: 109/2009

Nº DO PROJETO: 141/2009

RECEBIDA EM: 27 de maio de 2009

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).
(para pagamento dos hospitais e clínicas)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 27 de maio de 2009

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 2 de junho de 2009
RELATOR: William Cezar Pollonio Machado – PMDB

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 17 de junho de 2009

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, William Cezar Pollonio Machado – PMDB, Valmir Tasca – DEM e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 1º de julho de 2009

Aprovado com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Laurindo Cesa – PSDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, William Cezar Pollonio Machado – PMDB, Valmir Tasca – DEM e Vilmar Maccari – PDT.

Ausente, o vereador Luiz Augusto Silva – DEM.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 2 de julho de 2009

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 367/2009

Lei nº 3191, de 3 de julho de 2009.

Decreto nº 5470, de 3 de julho de 2009.

PUBLICADOS: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 4625, do dia 7 de julho de 2009.

DIÁRIO DO SUDOESTE

O JORNAL DA NOSSA GENTE

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4625 | EDIÇÃO REGIONAL |

LEI Nº 3.191, DE 3 DE JULHO DE 2009
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, para o Exercício de 2009, destinados ao suporte da despesa a ser realizada com recurso do excedente de arrecadação de receita oriunda de TRANSFERÊNCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO – FAEC no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para atender despesa no seguinte Órgão e Dotação Orçamentária:

Órgão e Dotação Orçamentária	Fonte	Valor
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0029.2.119 - Manutenção Serv. Credenciados, contratados e conveniados desvinculados pelo Governo Federal	1.600.000,00
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	31.496	R\$ 1.600.000,00
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	31.496	R\$ 11.400.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados recursos de excedente de arrecadação de TRANSFERÊNCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO – FAEC não previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2009, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), conforme o previsto no inciso II do § 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17-03-64.

Descrição	Categoria Econômica	Fonte	Valor
Excesso Arrec. - LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	1721.33.20.01.01	31.496	R\$ 11.000.000,00
Excesso Arrec. - FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	1721.33.20.02.01	31.496	R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 3 de julho de 2009.
ROBERTO VIGANO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.470 DE 3 DE JULHO DE 2009
Abre Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, e considerando a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.191 de 3 de julho de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, para o Exercício de 2009, destinados ao suporte da despesa a ser realizada com recurso do excedente de arrecadação de receita oriunda de TRANSFERÊNCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO – FAEC no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para atender despesa no seguinte Órgão e Dotação Orçamentária:

Órgão e Dotação Orçamentária	Fonte	Valor
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0029.2.119 - Manutenção Serv. Credenciados, contratados e conveniados desvinculados pelo Governo Federal	1.600.000,00
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	31.496	R\$ 1.600.000,00
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	31.496	R\$ 11.400.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados recursos de excedente de arrecadação de TRANSFERÊNCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO – FAEC não previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2009, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), conforme o previsto no inciso II do § 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17-03-64.

Descrição	Categoria Econômica	Fonte	Valor
Excesso Arrec. - LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	1721.33.20.01.01	31.496	R\$ 11.000.000,00
Excesso Arrec. - FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	1721.33.20.02.01	31.496	R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 3 de julho de 2009.
ROBERTO VIGANO
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 141/2009

Autoriza o Executivo Municipal abrir **Crédito Adicional Especial**, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, para o Exercício de 2009, destinados ao suporte da despesa a ser realizada com recurso do excesso de arrecadação de receita oriunda de Transferência do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC e Transferência do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), para atender despesa no seguinte Órgão e Dotação Orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Fonte		
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.302.0029.2.119 - Manutenção Serv. Credenciados, contratados e conveniados desencadeadas pelo Governo Federal			
3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA..	31496	R\$	1.600.000,00
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-P.JURÍDICA.	31496	R\$	11.400.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de TRANSFERENCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC não previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2009, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), conforme o previsto no inciso II do § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DESCRIÇÃO	Categoria Econômica	Fonte		
Excesso Arrec.– Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC	1721.33.20.01.01	31496	R\$	11.000.000,00
Excesso Arrec.– Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC	1721.33.20.02.01	31496	R\$	2.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 141/2009

O Executivo Municipal, com a aprovação do presente Projeto de Lei nº 141/2009, quer obter autorização legislativa para abrir crédito adicional especial no orçamento do município de Pato Branco no valor total de R\$ 13.000,00 (treze milhões) de reais.

O crédito adicional especial terá os seus recursos aplicados na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal da Saúde, Manutenção Serv. Credenciados, contratados e conveniados desencadeadas pelo Governo Federal, fonte 31496, Outros Serviços de Terceiros – P. Física no valor de R\$ 1.600.000,00 e Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica, no valor de R\$ 11.400.000,00. Para dar cobertura a este crédito a fonte superavitária será o excesso de recursos da arrecadação de Transferências do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade ambulatorial e Hospitalar – MAC e transferência do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC, fonte 31496, não prevista na Lei Orçamentária para o exercício de 2009.

A assessoria contábil manifesta de forma favorável ao projeto de lei, e informa ainda a conformidade com a Lei nº 4.320/64 em seus artigos 40, 41, 42 e 43, bem como no artigo 167 da Constituição Federal, e ainda a identificação da existência de saldo para esta finalidade.

Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação e aprovação da matéria.

É o nosso parecer, SMJ.
Pato Branco, 15 de junho de 2009.


Osmar Braun Sobrinho – PR
Presidente


William Cezar Pollonio Machado – PMDB
Membro/Relator


Valmir Tasca – DEM
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -15-Jun-2009-17:55-00465-1/1



ASSESSORIA CONTÁBIL
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 141/2009

Busca o Executivo Municipal, através do **Projeto de Lei nº. 141/2009** obter autorização legislativa para abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do Município de Pato Branco no valor total de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

O Projeto em análise acresce no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2009, dotação orçamentária que cobrirá despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica – Fonte 31496, dentro da na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, Manutenção de Serviços Credenciados, contratados e conveniados desencadeadas pelo Governo Federal, que será destinada ao pagamento de despesas com hospitais e Clínicas.

A dotação orçamentária aberta conforme especificações do Plano de Contas da Despesa, Orçamento de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será:

3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.

O projeto tem amparo ainda nos artigos 40, 41, inciso II e 42 na Lei nº. 4320/64, que trata dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- ❖ a prévia autorização legislativa e
- ❖ a indicação de recursos.

Para dar cobertura ao crédito aberto foram utilizados recursos de excesso de arrecadação de Transferências do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC e Transferência do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC – fonte 31496, não prevista na Lei Orçamentária para o exercício de 2009, com base no que disciplina o art.43, § 1º, inciso II, § 3º e § 4º da Lei 4320/64 que assim se reporta:

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º. Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

II – os provenientes de excesso de arrecadação.

§ 3º. Entende-se por **excesso de arrecadação**, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º. Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício."

A matéria encontra-se em conformidade com a Lei nº. 4.320/64, assim como Art. 167 da Constituição Federal que assim disciplina:

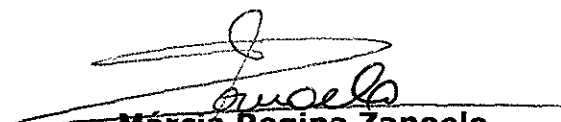
"Art.167 – São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"

Encontrando-se a matéria dentro das normas que regem a matéria, com legislação específica no que for pertinente e com o que preceitua a Lei, estando apta a seguir seu tramite normal.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 2 de junho de 2009.


Marcia Regina Zanoelo
Assessora Contábil
CRC-PR nº 027.823/0-3



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 27-Mai-2009-17:36-000034-2/2

MENSAGEM Nº 109/2009

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

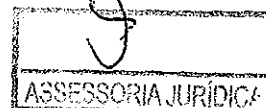
Com a presente mensagem, encaminhamos a essa Colenda Casa os inclusos Projetos de Lei, que visam à abertura de **Crédito Adicional Especial** para o atendimento ao Programa de apoio aos Idosos e para efetuar o pagamento aos Hospitais e Clínicas que prestam atendimento ao município através do SUS.

- Abertura de **Crédito Adicional Especial**, no valor de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), para atendimento ao Programa de apoio aos Idosos;
- Abertura de **Crédito Adicional Especial**, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), para pagamento dos Hospitais e Clínicas.

Face ao exposto, espera-se que estas proposições sejam aprovadas pelos membros dessa Egrégia Câmara Municipal, **em regime de urgência**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 22 de maio de 2009.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 141/2009

Autoriza a abertura de **Crédito Adicional Especial**, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, para o Exercício de 2009, destinados ao suporte da despesa a ser realizada com recurso do excesso de arrecadação de receita oriunda de TRANSFERENCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para atender despesa no seguinte Órgão e Dotação Orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Fonte		
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.302.0029.2.119 - Manutenção Serv. Credenciados, contratados e conveniados desencadeadas pelo Governo Federal			
3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA..	31496	R\$	1.600.000,00
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-P.JURÍDICA.	31496	R\$	11.400.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de TRANSFERENCIA DO LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC e TRANSFERÊNCIA DO FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC não previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2009, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), conforme o previsto no inciso II do § 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17-03-64

DESCRIÇÃO	Categoria Econômica	Fonte		
Excesso Arrec.– LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	1721.33.20.01.01	31496	R\$	11.000.000,00
Excesso Arrec.– FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO – FAEC	1721.33.20.02.01	31496	R\$	2.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

